

# Opea Holding S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 235AI-070-PB-

Período de 17 de agosto de 2022 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2022



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 17 de agosto a 31 de dezembro de 2022	11
Declaração	30

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)  
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Opea Holding S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Opea Holding S.A. (“Companhia” ou “Holding”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 17 de agosto a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Opea Holding Financeira S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o período de 17 de agosto a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de dezembro de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Benazzi Arteiro  
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

## Opea Holding S/A

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 controladora e consolidado

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

#### ATIVO

	Notas	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	25.723
Títulos e valores mobiliários	5	-	3.319
Contas a receber	6	-	653
Impostos a recuperar	7	-	17.593
Outros créditos	8	-	11.558
<b>Total do ativo circulante</b>		-	<b>58.845</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	-	146
Outros créditos	8	-	291
Partes relacionadas	10	820	44
Investimentos	11	84.490	109
Imobilizado	9	-	1.538
Intangível	9	-	52.854
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>85.310</b>	<b>54.982</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>85.310</b>	<b>113.827</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Opea Holding S/A

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 controladora e consolidado

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
<b>Passivo circulante</b>			
Contas a pagar	12	-	1.515
Impostos, taxas e contribuições	13	-	2.835
Salários e encargos sociais		-	8.107
Arrendamentos a pagar		-	412
Outras contas a pagar	14	-	11.521
<b>Total do passivo circulante</b>		-	<b>24.390</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Contas a pagar	12	-	2.194
Impostos Diferidos		-	72
Arrendamentos a pagar		-	305
Partes relacionadas	10	-	1.561
<b>Total do passivo não circulante</b>		-	<b>4.132</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15.1	88.643	88.643
Reservas de lucros	15.3	43.660	43.660
Transações com Partes relacionadas	16	(46.994)	(46.998)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>85.310</b>	<b>85.306</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>85.310</b>	<b>113.827</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Opea Holding S/A

### Demonstrações do resultado controladora e consolidado Período de 17 de agosto de 2022 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Notas	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida		-	-
Lucro bruto		-	-
(Despesas) receitas operacionais			
Lucro (prejuízo) operacional		-	-
Equivalência patrimonial			
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
Lucro líquido do período		-	-
Lucro líquido básico por ação – R\$		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Opea Holding S/A

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Período de 17 de agosto de 2022 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Transações com Partes relacionadas	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 17 de agosto de 2022</b>		-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	15.1	88.644	-	-	-	-	88.644
Capital Social a Integralizar	15.1	(1)	-	-	-	-	(1)
Constituição de Reserva de Capital	15.3	-	-	43.660	-	-	43.660
Transações com Partes relacionadas	16	-	-	-	(46.994)	-	(46.994)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>88.643</b>	<b>-</b>	<b>43.660</b>	<b>(46.994)</b>	<b>-</b>	<b>85.310</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Opea Holding S/A

### Demonstrações dos fluxos de caixa controladora e consolidado Período de 17 de agosto de 2022 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Notas	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado do período		-	-
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:</b>			
Caixa gerado pelas atividades operacionais		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		-	-
<b>Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		-	25.723
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do período		-	25.723
<b>Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de não caixa das atividades de investimento</b>			
Participações societárias		(84.490)	-
<b>Total atividades de investimento</b>		<b>(84.490)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de não caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de Capital		88.643	88.643
Aumento de Reserva de Capital		43.660	43.660
Dividendos Propostos		(820)	(820)
<b>Total atividades de financiamento</b>		<b>131.484</b>	<b>131.484</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

Em 17 de março de 2022, a OP01 Companhia Securitizadora de Crédito (atual denominação Opea Holding S.A) com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Hungria n°1.240, 6° andar, conjunto 62, foi constituída com o objeto social de Aquisição e securitização de crédito oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos; A emissão, distribuição, recompra, revenda, resgate e colocação, privada ou pública junto ao mercado financeiro e de capitais no Brasil ou no exterior. Gestão e administração dos créditos financeiros acima mencionados; e A prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. Suas atividades tiveram início no dia 17 de agosto de 2022.

No período de 17 de março de 2022 a 29 de dezembro de 2022 sua única acionista era a Opea Securitizadora S.A com 1.000 (mil) de ações ordinárias, com preço unitário de emissão R\$1,00 (um real) por ação ordinária emitida. A partir de 30 de dezembro de 2022 a Companhia passou por alteração de controle e a ter 100.000.000 ações, ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço unitário de R\$ 0,88 por ação emitida.

Em 30 de dezembro de 2022, a administração deliberou sobre alteração da denominação social da Companhia, que passa a se chamar Opea Holding S.A. (“Anteriormente denominada OP01 Companhia Securitizadora de Crédito) e sua principal atividade passou a vigorar como Holding, e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista.

#### 1.1 Aquisições de controladas e combinação de negócios

Em 30 de dezembro de 2022, a Yawara LLC (“Yawara”), sociedade empresária limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 1.209, Orange Street, Cidade de Wilmington, com a subscrição de 99.882.300 (noventa e nove milhões, oitocentas e oitenta e duas mil e trezentas) 99,88% das ações ordinárias nominativas passou a ser a acionista majoritária da Companhia.

<b>Sociedades controladas diretamente</b>	<b>%</b>
Opea Securitizadora S.A	100
Opea Gestora de Recursos Ltda.	100
Opea Assessoria de Crédito Ltda.	100
Opea Holding Financeira Ltda.	100

Em dezembro de 2022, houve também a cessão de investimentos pela Opea Securitizadora S.A. para a Opea Holding S.A. das empresas Marú Acquisiton LTDA., Opea Assessoria de Crédito LTDA. e Opea Gestora de Recursos LTDA. Não houve contraprestação contingente como parte do contrato de compra.

O valor econômico (*equity value*) atribuído ao aumento de capital na Companhia oriundos da Opea Securitizadora S.A foi de R\$ 132.304 mil, sendo o montante de R\$ 88.643 mil no capital social, R\$ 43.660 mil na reserva de capital na data de efetivação da operação, conforme demonstrado na Nota 16 e 19.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 08 de dezembro de 2023.

### **2.2 Base de consolidação**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

#### **a. Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de suas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. As informações sobre as empresas controladas estão demonstradas na Nota 11.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

**Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

**Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

**Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes ativos e passivos que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

os instrumentos financeiros não-derivativos a valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

### b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente em operações compromissadas. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

**c) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados conforme a seguir:

- (i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto;
- (ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado.

No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da administração.

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A instituição transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

**d) Passivos financeiros e instrumentos de capital outorgados pela companhia**

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;

Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;

Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- O valor da provisão para perdas; e
- O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios estabelecidos em política contábil.

Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- O valor da provisão para perdas; e
- O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

#### e) **Redução ao valor recuperável**

##### (i) ***Mensuração das perdas esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do devedor;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

Reestruturação de valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

##### (ii) ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

##### (iii) ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido e com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares não será recuperado. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

**f) Ativos intangíveis**

**(i) Software**

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

A vida útil do ativo capitalizado foi estimada em 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**g) Direito de Uso - Arrendamento**

O direito de uso é reconhecido somente se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação e o contrato tiver duração superior a 12 meses.

O reconhecimento inicial é feito no ativo com contrapartida no passivo de arrendamento (Leasing). O direito de uso é mensurado pelo custo e o valor do passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento descontados utilizando a taxa de juros do contrato. Caso a taxa de juros não possa ser determinada imediatamente é utilizado a taxa de desconto calculada pela metodologia Capital Asset Pricing Model (CAPM) da Companhia. Após o reconhecimento inicial, o direito de uso é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e o passivo de arrendamento sofrerá aumento para refletir os juros e será deduzido o valor das parcelas pagas. No resultado serão reconhecidos os juros sobre o passivo de arrendamento e os pagamentos variáveis não reconhecidos na mensuração do passivo de arrendamento.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado no prazo do contrato de arrendamento.

**h) Ativos Imobilizados**

**(i) Equipamentos de Informática**

Os equipamentos de informática são reconhecidos no ativo pelo custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial o ativo imobilizado é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens e é reconhecida no resultado. A vida útil do bem foi estimada em 5 anos.

**(ii) Benfeitorias em imóveis de terceiros**

Os gastos referentes a obras e melhorias realizadas em imóveis de terceiros são reconhecidos no ativo somente se os custos puderem ser mensurados de maneira confiável e os benefícios econômicos futuros for provável. Após o seu reconhecimento inicial, os gastos de obras e melhorias são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado no prazo do contrato de locação do imóvel.

**i) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e for provável que terá de liquidar a obrigação e for possível mensurar o valor da obrigação de forma confiável.

Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indiquem a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, criam uma expectativa válida nessas outras partes de que ela cumprirá com essas responsabilidades.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

**j) Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

**k) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**l) Lucro básico por ação**

O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

**m) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelo Conselho de Administração e de referendado da Assembleia Geral Ordinária.

## n) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, as normas relacionadas a seguir apresentaram alterações em sua redação que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022.

Essas alterações não resultaram em impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à NBC TG 27: Ativo Imobilizado – venda antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, pois a Companhia já não tinha por prática deduzir o valor da venda de mercadorias do custo de item do imobilizado adquirido para produzi-la.

Referências à Estrutura Conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3, equivalente ao NBC TG 15 (R1) – Combinação de negócios, para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37, equivalente ao NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ou IFRIC 21, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

## Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Entram em vigor em 1º de janeiro de 2023, as alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, o qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 1 / NBC TG 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, a emenda ao IAS 1, correlato ao NBC TG 26, a qual visa promover a consistência na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as entidades a determinar se, no balanço patrimonial, os empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes ou não circulantes. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8 / NBC TG 23: Definição de estimativas contábeis

Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, as alterações propostas por esta emenda ao IAS 8, norma correlata ao NBC TG 23, as quais esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, as alterações que esclarecem que a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transações em que montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no período do reconhecimento inicial. A Companhia está avaliando possíveis impactos.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliadas com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
Bancos	-	1.061
Aplicações financeiras - Itaú – CDB	-	15.885
Aplicações financeiras - Bradesco – CDB	-	8.777
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>25.723</b>

- (a) Referem-se a aplicações em operações compromissadas bancárias remuneradas em média à 75% do CDI, aplicações em CDB remuneradas à 99% do CDI e Fundo Soberano remunerados à 12,35% a.a., e com liquidez imediata;
- (b) Referem-se a aplicações em operações em CDB remuneradas em média à 99% do CDI, e com liquidez imediata.

## 5 Títulos e valores mobiliários

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
Certificado de Recebível Imobiliário - CRI CP (a)	-	55
Certificado de Recebível Imobiliário - CRI LP (a)	-	146
Operação FIDC – (b) CP	-	2.100
Operação FICFI– (c) CP	-	1.164
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.465</b>

- (a) No dia 25 de março de 2021, a Controlada Opea Securitizadora S.A. adquiriu certificados de recebíveis imobiliários, remunerada pelo IPCA + 7% ao ano, com vencimento em março de 2027.
- (b) No dia 29 de novembro de 2022, a Controlada Opea Gestora de Recursos Ltda. adquiriu cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC.
- (c) A Controlada Marú Sociedade de Crédito Direto S.A. adquiriu cotas de Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento – FICFI.

## 6 Contas a receber

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
Contas a receber	-	1.702
Provisão para perda esperada	-	(1.049)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>653</b>

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2022:

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
<b>Vencidas</b>		
Até 30 dias	-	404
De 31 a 60 dias	-	27
De 61 a 90 dias	-	37
De 91 a 180 dias	-	33
Acima de 180 dias	-	90
<b>A vencer</b>	<b>-</b>	<b>62</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>653</b>

## Movimentação na provisão para perdas esperadas

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
<b>Saldo no início do período</b>	-	-
Saldo de Início de controle	-	(1.049)
<b>Saldo no fim do período</b>	-	<b>(1.049)</b>

## 7 Impostos a recuperar

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
IRPJ/CSLL	-	3.765
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	-	11.806
PIS e COFINS a recuperar	-	1.496
Outros Impostos	-	526
<b>Total</b>	-	<b>17.593</b>

## 8 Outros créditos

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber – Operações (a)	-	6.658
Despesas a serem reembolsadas (b)	-	3.068
Outros (d)	-	1.832
<b>Total</b>	-	<b>11.558</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Outros (c)	-	291
<b>Total</b>	-	<b>291</b>

- (a) O valor de R\$ 6.658 mil refere-se à rendimentos de aplicações financeiras que não são registrados no patrimônio separado, que conforme termo de securitização são devidos periodicamente à Companhia. Tais ativos não possuem data de vencimento, cuja expectativa de recebimento pela administração é nos próximos 12 meses.
- (b) Referem-se a despesas incorridas pela Companhia para emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que serão reembolsadas pelos emissores dos lastros. Tais despesas concentram-se em pagamentos para agentes fiduciários, custódia, taxas e emolumentos. A administração tem expectativa de recebimento no decorrer de 2023, desta forma classificou esses ativos como “Circulante”.
- (c) O valor de R\$ 48 mil refere-se a depósitos e bloqueios judiciais e o valor de R\$ 243 mil refere-se ao valor a receber pela transferência de cotas da PlanetaServ Assessoria Financeira LTDA. efetuada em 13/01/2022 pela Nova Atlantis Participações LTDA. (empresa incorporada pela Opea Capital S.A., que por sua vez foi incorporada pela Companhia).
- (d) O saldo de R\$ 1.832 mil refere-se a pagamento antecipado a fornecedores e a funcionários.

## 9 Imobilizado e Intangível

### (i) Imobilizado:

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
Equipamentos de Informática	-	645
Depreciação Equipamentos de Informática	-	(151)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	286
Depreciação de Benf. Imóveis de Terceiros	-	(56)
Móveis e utensílios	-	72
Depreciação de Móveis e utensílios	-	(7)
Direito de Uso	-	1.011
Amortização Direito de Uso	-	(262)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.538</b>
<b>Saldo no início do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Saldo Início de Controle	-	1.538
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>1.538</b>

### (ii) Intangível:

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
Softwares em Desenvolvimento	-	2.125
Softwares Prontos	-	6.222
Amortização Software Pronto	-	(2.593)
Goodwill - Aquisição de Participação Societária	-	99.510
Impairment goodwill	-	(68.324)
Intangível - Careira de Clientes	-	19.665
Amortização Carteira de Clientes	-	(3.751)
Intangível - Contrato de não competição	-	3.180
Amortização Contrato de não competição	-	(3.180)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>52.854</b>
<b>Saldo no início do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Saldo Início de Controle	-	52.854
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>52.854</b>

## 10 Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstrados a seguir:

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Notas de Débito (a)	-	44
Dividendos (c)	820	-
<b>Total</b>	<b>820</b>	<b>44</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Dividendos (b)	-	1.561
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.561</b>

- (a) O saldo de R\$ 44 mil refere-se a reembolso a receber da Marú Crédito.  
 (b) O valor de R\$ 1.561 mil refere-se a Dividendos a pagar para a Yawara LLC.  
 (c) O saldo de R\$ 820 mil refere-se a Dividendos a receber para a Opea Holding.

## 11 Investimentos

	%	<b>Equivalência</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Investimento</b> <b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>
<b>Controladas Diretas</b>			
Opea Securitizadora S/A (a)	100%	-	71.386
Opea Gestora de Recursos Ltda. (b)	100%	-	3.675
Opea Holding Financeira Ltda. (Antiga Marú Acquisition Ltda.) (b)	100%	-	1.254
Opea Assessoria de Crédito Ltda. (b)	100%	-	8.175
		<b>-</b>	<b>84.490</b>

- (a) Em 30 de dezembro de 2022 a Yawara LLC integralizou o Capital Social da Holding através da transferência das Ações da Opea Securitizadora S.A.  
 (b) Em dezembro de 2022, houve a cessão de investimentos pela Opea Securitizadora S.A. para a Opea Holding S.A. das empresas Marú Acquisition LTDA., Opea Assessoria de Crédito LTDA. e Opea Gestora de Recursos LTDA. Não houve contraprestação contingente como parte do contrato de compra.

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>
<b>Saldo em 17 de agosto de 2022</b>	<b>-</b>
Aquisição de Participação Societária	85.310
Dividendos Propostos	(820)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>84.490</b>

	%	<b>Equivalência</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Investimento</b> <b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
Solfácil Sec. de Créditos do Agronegócio S.A.	100%	-	1
AmFi Consulting Holdings Limited		-	106
SPVCRED I Companhia Sec. de Créditos Financeiros S.A.	100%	-	1
SPVCRED II Companhia Sec. de Créditos Financeiros S.A.	100%	-	1
		<b>-</b>	<b>109</b>

Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia adquiriu o controle das empresas Opea Securitizadora S.A. Opea Gestora de Recursos Ltda. e Opea Assessoria de Crédito Ltda.

## 12 Contas a Pagar

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
Fornecedores	-	767
Valores a repassar	-	15
Outros contas a pagar	-	2.928
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.709</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.515</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>2.194</b>

## 13 Impostos, taxas e contribuições

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	2.156
PIS e COFINS	-	251
Impostos Retidos na fonte	-	133
Outros	-	295
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.835</b>

## 14 Outras contas a pagar

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
Aquisição de empresas (a)	-	11.521
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>11.521</b>

- (a) Refere-se ao saldo a pagar da aquisição da Nova Atlantis Participações Ltda., Planeta Securitizadora S.A., PlanetaSec Assessoria Financeira S.A., GAIACRED II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. e GAIACRED III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. efetuada pela Opea Capital S.A. em 18 de março de 2022, que foi incorporada pela Opea Securitizadora S.A. em dezembro de 2022.

## 15 Patrimônio líquido

### 15.1 Capital social

O capital social está dividido em 100.000.000 ações, ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 88.644 mil, sendo R\$ 88.643 mil totalmente integralizado e R\$ 1 mil a Integralizar.

### 15.2 Aumento de capital

Em 30 de dezembro de 2022, foi aprovado em assembleia o aumento de capital no valor de R\$ 88.643 mil mediante a transferência de ações da Opea Securitizadora S.A. Com isso, o capital social da Companhia passou de R\$ 1 mil para R\$ 88.644 mil.

### 15.3 Reserva de lucros

Em 30 de dezembro de 2022, conforme assembleia geral, a Companhia sofreu aumento da reserva de capital de R\$ 43.660 mil, decorrente da diferença entre o preço total das novas ações de R\$ 132.304 mil e o capital social de R\$ 88.643.

## 15.4 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia Prevê a Constituição de Dividendos mínimos de 25% do saldo restante do lucro líquido após a dedução da Reserva Legal.

## 16 Transações com partes relacionadas

Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia teve seu capital social integralizado através da transferência de 100% das ações da Opea Securitizadora S.A., que era de posse dos investidores da Companhia, pelo preço total de R\$ 132.304 mil.

O preço total de R\$ 132.304 foi obtido através laudo de reavaliação que examinou: (i) os contratos de câmbio devidamente registrados no Banco Central do Brasil, que evidenciam a realização dos investimentos pela Yawara LLC. (atual investidora da Companhia) nas Ações da Opea Capital S.A., Sociedade que foi incorporada pela Opea Securitizadora S.A. em 30 de dezembro de 2022; (ii) das atas de assembleia geral que deliberaram os aumentos de capital da Opea Capital S.A., subscritos e integralizados pela Yawara LLC.;(iii) das Atas que aprovaram a incorporação da empresa Nova Atlantis Ltda. pela Opea Capital S.A. e em razão de tal incorporação reconheceu um aumento de capital na Opea Capital referente ao Sr. Lucas Drummond Alves (atual investidor da Companhia) e Sr. Renato de Souza Barros Francino (atual investidor da Companhia) de R\$ 77.862 para cada um; (iv) e a incorporação da Opea Capital S.A. pela Opea Securitizadora S.A..

Na data da transferência das ações o valor do patrimônio líquido da controlada Opea Securitizadora S.A. era de R\$ 85.310 mil, considerando a cessão da participação nas empresas Opea Holding Financeira Ltda. (antiga Marú Acquisition), Opea Gestora de Recursos Ltda., Opea Assessoria de Crédito Ltda. e a provisão de dividendos a pagar de 2022. Essa transação gerou ágio de R\$ 46.994 mil e conforme CPC 15 e ICPC 09 ágios nas transações de aquisições das ações de empresas do mesmo grupo econômico são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

## 17 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido/(prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

	17/08/2022
	à
	<u>31/12/2022</u>
<b>Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia</b>	-
Quantidade	<u>100.000.000</u>
<b>Lucro líquido básico por ação (centavos por ação)</b>	<u><u>-</u></u>

## 18 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- Caixa e equivalentes de caixa: conforme descritos na nota explicativa nº 4;
- Contas a receber, títulos e valores mobiliários e outros créditos: conforme descritos nas notas explicativas nº 5, nº 6 e nº 8;

## Instrumentos financeiros por categorias

Natureza	Classificação	Hierarquia	Consolidado 31/12/2022	
			Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	VJ por meio do resultado	Nível 2	25.723	25.723
Títulos e valores mobiliários Curto Prazo	VJ por meio do resultado	Nível 2	3.319	3.319
Títulos e valores mobiliários - Longo Prazo	VJ por meio do resultado	Nível 2	146	146
Contas a receber	VJ por meio do resultado	Nível 2	653	653
Outros créditos Curto Prazo	AF Custo Amort	Nível 2	11.558	11.558
Outros créditos Longo Prazo	AF Custo Amort	Nível 2	291	291
<b>Total</b>			<b>41.690</b>	<b>41.690</b>
<b>Passivo</b>				
Contas a pagar – Curto Prazo	AF Custo Amort	Nível 2	1.515	1.515
Contas a pagar – Longo Prazo	AF Custo Amort	Nível 2	2.194	2.194
Arrendamento a pagar – Curto Prazo	VJ por meio do resultado	Nível 2	412	412
Arrendamento a pagar – Longo Prazo	VJ por meio do resultado	Nível 2	305	305
<b>Total</b>			<b>4.426</b>	<b>4.426</b>

### 18.1 Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2022 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os fundos de investimento em que parte dos recursos da Companhia é aplicada.

A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual.

#### *Hierarquia do valor justo*

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

**Nível 1** - Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

**Nível 2** - Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

**Nível 3** - Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

### 18.2 Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais.

### **18.3 Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros**

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseados em análises dos fluxos de caixa descontados.

### **18.4 Gestão de riscos financeiros**

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado.

O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

#### **18.4.1 Derivativos**

No período findo de 31 de dezembro de 2022, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

#### **18.4.2 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de contas a receber e despesas reembolsáveis.

#### **18.4.3 Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

Na atual data base a administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez.

#### **18.4.4 Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI.

## 18.5 Análise de sensibilidade

### Premissas

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

**Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;

**Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;

**Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

### Análise da administração

A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade. Os percentuais de CDI e IPCA utilizados na sensibilidade foram obtidos através do relatório de projeções do Banco Itaú emitido em fevereiro de 2023 e representam a expectativa para os próximos 12 meses.

Premissas			Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
<b>Diminuição da taxa do CDI</b>					
Caixa e equivalentes de caixa			12,72%	9,54%	6,36%
<b>Diminuição da taxa do IPCA</b>					
Títulos e valores mobiliários			6,26%	4,70%	3,13%
Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário base	Cenário adverso	Cenário Remoto
<b>Controladora</b>					
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Títulos e valores mobiliários	-	-	-
<b>Consolidado</b>					
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	3.687	2.765	1.844
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Títulos e valores mobiliários	13	9	6

## 19 Transações que não afetaram caixa e equivalentes de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve transações de investimento e financiamento que não envolveram caixa e equivalentes conforme demonstrado abaixo:

	<b>Controladora</b> <b>31/12/2022</b>	<b>Consolidado</b> <b>31/12/2022</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Participações societárias	(84.490)	-
<b>Total atividades de investimento</b>	<b>(84.490)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de Capital	88.643	88.643
Aumento de Reserva de Capital	43.660	43.660
Dividendos Propostos	(820)	(820)
<b>Total atividades de financiamento</b>	<b>131.483</b>	<b>131.483</b>

## 20 Eventos subsequentes

Em 07 de fevereiro de 2023 foi aprovado em assembleia a retificação da deliberação realizada em 30 de dezembro de 2022 para constar a integralização de R\$ 1 mil, bem como a ratificação de todas as deliberações.

Foi aprovado a emissão de 14.861.230 novas ações com o preço total de R\$ 19.663 mil, sendo R\$13.109 destinado para o aumento de capital social que passou a ser de R\$ 101.753 mil e R\$ 6.554 mil destinado para o aumento da reserva de capital.

\* \* \*

Fábio Roberto Benvindo  
CRC 1SP255684/O-3

## **DECLARAÇÃO**

Eu, MARCELO LEITÃO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portadora Cédula de Identidade RG nº 50.941.829-6, (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 021.590.957-70, na qualidade de diretor da Opea Securitizadora S.A., sociedade Anônima inscrita no CNPJ 02.773.542/0001-22, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e
  
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 29 de novembro de 2023

---

MARCELO LEITÃO DA SILVEIRA

## **DECLARAÇÃO**

Eu, EDUARDO TRAJBER WAISBICH, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.599.267-X (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº354.775.038-58, na qualidade de diretor da Opea Securitizadora S.A., sociedade Anônima inscrita no CNPJ 02.773.542/0001-22, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e
  
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 29 de novembro de 2023

---

EDUARDO TRAJBER  
WAISBICH